Bento XVI deu o seu apoio aos signatários alemães da carta contra a intercomunhão.

Infovaticana, 27 de abril de 2018.

Carlos Esteban.

[].

Tradução. Bruno Braga.

O Papa Emérito Bento XVI estaria por trás da iniciativa dos sete Bispos alemães que escreveram ao Vaticano para impedir a intercomunhão aprovada pela maioria de seus colegas, ou pelo menos teria dado todo o seu apoio à carta, assinala Edward Pentin no *National Catholic Register*.

A polêmica continua aberta desde que a Conferência Episcopal Alemã, presidida pelo Arcebispo de Munique e membro do conselho particular do Papa, o Cardeal Reinhard Marx, aprovou

por esmagadora maioria deixar ao arbítrio dos párocos alemães, com certas condições, a permissão para que os cônjuges luteranos dos seus paroquianos recebam a Comunhão.

A iniciativa veio cercada das habituais matizações com as quais já começamos a nos acostumar com relação a estas revoluções pastorais: se deveria estudar "caso por caso", o cônjuge luterano deveria "confessar a fé católica" (?) e ter "fome de Eucaristia"; recentemente, o também alemão Cardeal Walter Kasper teria que "desmatizar" tantas nuances em texto publicado no site da CEA, no qual disse que os comungantes não teriam que acreditar na Transubstanciação, pois, afinal de contas, é algo que nem o católico comum entende.

Sabemos o que aconteceu depois, a negativa do Papa e a negativa dos Bispos alemães em reconhecer essa negativa, e a irritação de Francisco por sua decisão ter sido vazada. Mas até agora sabíamos pouco sobre a carta mesma dos Bispos.

A carta está assinada pelo Cardeal Reiner Woelki, Arcebispo de Colônia, Ludwig Schick, Arcebispo de Bamberg, pelo Bispo Gregor Hanke, de Eichstätt, o Bispo Konrad Zdarsa, de Ausburgo, o Bispo Wolfgang Ipolt de Görlitz, o Bispo Rudolf Voderholzer, de Ratisbona, e o Bispo Stefan Oster, de Passau.

No momento da votação, Marx tratou de suavizar a dose o quanto pôde, assegurando que se tratava de uma mera "delegação pastoral", que não tinha a menor intenção de introduzir qualquer "mudança doutrinal". Deixava uma margem ampla de discricionariedade para os Bispos.

Em Roma, a proposta causou consternação em muitos. Criticaram a medida os Cardeais Francis Arinze, Gerhard Müller, Walter Brandmüller e Paul Cordes. Müller qualificou a proposta de "truque retórico", assinalando ainda que o matrimônio interconfessional não era a "situação de emergência" que se pretendia. Para Brandmüller, o "escândalo, sem dúvida", era a débil oposição dos Bispos alemães à medida.

Em sua carta, os Bispos pedem luzes sobre quatro pontos: se uma proposta semelhante é matéria pastoral ou se concerne à fé e à unidade da Igreja; por que uma pessoa que compartilha a fé católica na Eucaristia não haveria de confessar-se católica; se o “desconforto espiritual” é realmente excepcional ou simplesmente parte dos esforços para a unidade; e se uma conferência episcopal nacional está habilitada a tomar este tipo de decisão sem referência à Igreja universal. Confessam, por último, suas profundas dúvidas e objeções sobre a proposta aprovada.

A carta, de 22 de março, foi enviada para o prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, o Arcebispo Luis Ladaria, ao Cardeal suíço Kurt Koch, presidente do Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos (que não havia sido informado previamente sobre a votação da CEA), ao Bispo Juan Ignacio Arrieta Ochoa de Chinchetru, Secretário do Pontifício Conselho para os Textos Legislativos, e ao núncio apostólico na Alemanha, o Arcebispo Nikola Eterović.

A carta foi deliberadamente vazada para a imprensa pela poderosa Conferência Episcopal da Alemanha, conforme pôde apurar o *National Catholic Register*, que mantém um controle ferrenho sobre quase todos as mídias católicas do país.

Por fim, e não menos importante, Pentin assegura que fontes confiáveis e bem informadas confirmam que os sete signatários da carta-proposta contaram com o apoio pleno e explícito de Sua Santidade, o Papa Emérito Bento XVI.